

Tática visa impedir ação de Sant'Anna

A nova modificação do Regimento Interno da Constituinte revelou uma preocupação e algumas estratégias dos diversos grupos políticos. O objetivo primeiro é o de acelerar ao máximo o processo de votação para garantir a aprovação do novo texto constitucional, no máximo, até março do próximo ano. Ao mesmo tempo, procura viabilizar uma eventual eleição para Presidente da República no ano que vem, no caso de o plenário optar pela redução do mandato do presidente José Sarney. Visa, ainda, impedir manobras regimentais do grupo ligado ao Palácio do Planalto a fim de submeter a votação as propostas elaboradas pelo consultor-geral da República, Sául Ramos.

A tática de acelerar os trabalhos de votação e aprovar, o quanto antes, a nova Constituição, tem à frente o grupo de constituintes do PMDB lideradas pelo senador Mário Covas, que reassume esta semana a liderança na Assembléia, a tempo ainda de acompanhar e atuar na votação do capítulo sobre sistema de governo. Entendem seus principais assessores e vice-líderes que, se a crise institucional provocar reflexos na Constituinte, levando à redução do mandato de Sarney, será muito mais fácil preparar uma eleição presidencial se a nova Carta for aprovada, no máximo, até março de 1988.

Com o grupo de Covas estão fechados praticamente todos os partidos mais à esquerda, como é o caso do PT, PDT e PC do B. Mas, os líderes destes partidos têm outra preocupação, que também é compartilhada pelo líder em exercício do PMDB, deputado Euclides Scalco: o de impedir que o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), consiga manobrar o plenário da sistematização de tal forma que, através de questões-de-ordem, faça prevalecer o primeiro anteprojeto de Constituição, que recebeu o apelido de "frankenstein".

A manobra, no caso, é simples. Hoje, os constituintes da Sistematização pretendem votar todos os títulos do substitutivo atual do relator Bernardo Cabral, ressalvados os destaques, justamente para garantir a sua prevalência nas votações em plenário. Nos demais dias, a comissão examinará os destaques apresentados aos diversos capítulos. Mas, há um entendimento, já expresso por Sant'Anna a políticos mais chegados, de que, ao final do novo prazo da Comissão, se todos os destaques não forem apreciados, o atual substitutivo não poderá ser considerado como votado.

Os "moderados" estão divididos quanto ao novo esquema. Enquanto para uns, como é o caso do deputado José Lins (PFL-PE), a decisão tomada na reunião de ontem era a única solução viável, para outros, a nova sistematização está fadada ao insucesso.